

31º Encontro Anual da ANPOCS  
22 a 26 de outubro de 2007, Caxambu, MG

ST 35: Vitimização: riscos objetivos e percepções do risco ou novos dados,  
novos movimentos.

“Desenvolvimento de Metodologia e Aplicação de Pesquisa de Vitimização na  
Região Metropolitana do Rio de Janeiro”

Andréia Soares Pinto  
ISP/SESEG-RJ

Doriam Luis Borges de Melo  
IUPERJ/UCAM-RJ

Joelma de Azevedo  
ISP/SESEG-RJ

## Introdução

A violência sempre esteve presente na sociedade, no entanto, desde o final da década de 80 e, mais freqüentemente nos anos 90, tornou-se um dos temas que mais ocupa o debate público. Passou a fazer parte das conversas em casa, na rua, na escola, nos estabelecimentos comerciais, como também dos meios de comunicação, enfim transformou-se em assunto discutido em todas as instâncias públicas. Deixou de ser considerada como uma manifestação em busca de mudanças, conforme pensavam Engels ou Marx, para ser uma preocupação de alta relevância para todos. Em seus múltiplos significados e manifestações, tem sido considerada como questão de maior dificuldade nos meios sociais.

Pesquisa realizada pelo Banco Mundial (1998) nos países da América Latina procurou identificar quais os problemas que mais afligiam a população, e encontrou a violência como o de maior relevância na opinião dos entrevistados. Nos Estados Unidos, uma pesquisa aplicada no início da década de 90, mostrou que a maioria das pessoas considera o fenômeno da violência como o problema mais sério do país<sup>1</sup>. Na Inglaterra e na Holanda mais da metade das pessoas vêem a violência como o problema nacional de maior importância, enquanto que na França 39% dos cidadãos a consideram como uma de suas maiores preocupações. No Brasil, pesquisa de opinião pública apontou que a violência urbana (68%) e o desemprego (41%) apareceram como os dois maiores temores dos brasileiros (Época, 24/05/99).

Em decorrência disso, para enfrentar o fenômeno e atender a demanda da sociedade, verifica-se a importância em se propor políticas públicas de segurança. Entretanto, não há política ou planejamento, sem diagnóstico, e não há diagnóstico sem informações. Sem o planejamento falta clareza quanto aos objetivos, o que impede qualquer avaliação rigorosa do fenômeno. Sendo a violência e a criminalidade fenômenos sociais, a compreensão dos diversos e múltiplos aspectos que podem influenciar suas práticas é fundamental para o desenvolvimento de qualquer ação que efetivamente busque agir sobre os problemas relativos à área da segurança

---

<sup>1</sup> Nova Iorque, pesquisa CBS

pública. Para isso, são necessárias informações qualificadas e consistentes que permitam uma análise mais confiável da realidade social no país.

No Brasil, as informações mais utilizadas para o estudo da violência advêm de duas fontes oficiais: as estatísticas da polícia e da saúde. Estas fontes são claramente importantes no desenvolvimento, monitoramento e avaliação de políticas públicas, e projetam de modo coerente às taxas na área da violência. Entretanto, ambas possuem algumas distorções e podem ser consideradas incompletas, desse modo, é muito difícil conhecer a quantidade de crimes que ocorrem na sociedade, já que essas são apenas uma fração do total de crimes. Como uma tentativa de resolver este problema, foi desenvolvida uma ferramenta para estimar o número total de crimes ocorridos, a pesquisa de vitimização. A partir deste tipo de pesquisa é possível identificar as taxas de subnotificação das ocorrências, razões para a subnotificação ou o que pode ajudar no desenvolvimento de estratégias de correção do problema.

Neste sentido, a pesquisa de vitimização é um instrumento valioso tanto para medir o crime como para estimar com maior precisão o perfil das vítimas, bem como, através de métodos estatísticos, avaliar o impacto do fato delituoso na vida dos indivíduos, o que de outra forma, através dos registros de ocorrência, seria improvável. Ademais, este tipo de *survey* procura obter informações sobre a experiência das pessoas com o serviço policial e com o sistema judicial, sendo capaz de avaliar sua efetividade e confiabilidade a partir das percepções das pessoas.

No entanto, a elaboração de uma pesquisa e sua aplicação necessita, para que seus resultados sejam satisfatórios, estar baseados em planejamento cuidadoso, reflexões conceituais sólidas e alicerçados em conhecimentos já existentes. Uma pesquisa científica depende de um “conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos” (Gil, 1999, p.26) para que seus objetivos sejam alcançados, ou seja, a implementação de uma metodologia deve estar adequada ao fenômeno e à população em estudo. Neste sentido, o projeto “Desenvolvimento de Metodologia e Aplicação de Pesquisa de Vitimização na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro” tem como objetivo desenvolver uma metodologia padrão para as pesquisas de vitimização que possa ser aplicada em todo o contexto nacional, de maneira a realizar

comparações dos resultados nacional e internacionalmente, ou no tempo, o que é de suma importância para a construção de políticas públicas nas áreas de segurança pública, violência e criminalidade.

Sendo assim, este projeto procurou construir um instrumento complementar para o desenvolvimento e aprimoramento de técnicas de análise sobre criminalidade nas suas várias nuances. Além disso, possui um caráter inovador, já que na construção da metodologia de pesquisa referencial para estudos em âmbito nacional seguiu parâmetros de outros *surveys* no Brasil e no exterior sobre vitimização, procurando se adequar às singularidades regionais do país, contribuindo, desta forma, para uma análise comparativa em níveis nacional e internacional.

## **1 - Pesquisas de Vitimização**

Sendo a violência e a criminalidade fenômenos sociais, a compreensão dos diversos e múltiplos aspectos que podem influenciar a sua prática é fundamental para o desenvolvimento de qualquer ação que efetivamente busque agir sobre os problemas relativos à área da segurança pública.

É prioritário contar com estatísticas criminais confiáveis para poder entender a dinâmica do fenômeno e desenhar e implementar políticas eficazes para o controle, prevenção e redução do crime. Neste sentido, destacamos as estatísticas oficiais<sup>2</sup>, que são claramente importantes no desenvolvimento, monitoramento e avaliação de políticas públicas de segurança. Entretanto, por uma série de motivos, os dados oficiais nem sempre refletem com fidedignidade a situação real da criminalidade na sociedade. Essas estatísticas estariam corretas se todos os cidadãos vitimizados relatassem às autoridades os crimes de que foram vítimas as autoridades (Kahn, 1998), com uma descrição completa do ocorrido. Deste modo, as estatísticas oficiais são apenas uma fração do total de crimes, e “apresentam um quadro distorcido da violência e da criminalidade” (Catão, 2000).

---

<sup>2</sup> Principalmente os registros das polícias (crimes identificados e registrados), da justiça (acusado/indiciado) e do sistema penal (condenado e preso).

Na década de 60, com o objetivo de resolver esse problema, pesquisadores norte-americanos desenvolveram a pesquisa de vitimização, um instrumento capaz de estimar o total de crimes ocorridos e não notificados aos órgãos governamentais, conhecida como taxa de subnotificação ou “cifra obscura”. Além de verificar as taxas de subnotificação, as pesquisas de vitimização foram desenvolvidas para identificar quais razões influenciam os indivíduos a não notificarem o delito à polícia, verificando se isto ocorre de acordo com a natureza do crime, com as características da vítima ou devido à percepção da vítima em relação às autoridades. Partindo das pesquisas de vitimização, torna-se possível obter informações de extrema relevância para o desenvolvimento de estratégias de correção de variados problemas na área de segurança pública.

Este tipo de pesquisa é um instrumento básico tanto para medir o crime como para descrever os grupos que enfrentam maiores riscos. Ademais, procuram obter informações sobre a experiência das pessoas com o crime, as circunstâncias em que ocorreram os crimes, avaliação da violência, sentimento de insegurança e podem ajudar a melhorar a polícia e o sistema judicial, pois são capazes de avaliar sua efetividade e confiabilidade a partir das percepções das pessoas.

É preciso deixar claro, entretanto, que as pesquisas de vitimização não substituem os registros oficiais. Elas são complementares e constituem uma alternativa às estatísticas produzidas pelos sistemas policial, judiciário e penitenciário. “Elas não refletirão com exatidão o fenômeno da criminalidade, constituindo-se apenas numa melhor aproximação deste último, porque nem todos os entrevistados lembrarão, terão a disponibilidade ou a confiança necessária para relatar a um desconhecido fatos desagradáveis ocorridos no passado” (Kahn, 2000).

### **A Metodologia UNICRI:**

A primeira tomada de decisão para se produzir pesquisas comparáveis foi a utilização da metodologia do UNICRI com parâmetro para o desenvolvimento do projeto.

O UNICRI, *United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute*, é o órgão responsável pelo desenvolvimento do programa de padronização de pesquisas de vitimização no mundo, o *International Crime Victim Survey* (ICVS), e que procura ampliar a área de abrangência do projeto incluindo pesquisas de diferentes continentes.

Para que os dados pudessem ser comparados, todas as etapas do estudo foram padronizadas com base na metodologia UNICRI, mas adequando-a ao contexto brasileiro. Foi priorizada, por exemplo, a técnica de entrevista face-a-face, dentre as duas técnicas de entrevistas desenvolvidas pelo programa, que são: o CATI (*Computer Assisted Telephone Interviewing*) – entrevistas telefônicas com alimentação automática de dados através de terminais de computadores ligados em rede; e o face-to-face – entrevistas em domicílio face-a-face com o indivíduo. No Brasil, onde apenas 50,8% dos domicílios possuíam telefone fixo convencional em 2003<sup>3</sup>, o método CATI seria inapropriado, além de contar com uma estrutura técnica e tecnologia inexistente em muitas cidades brasileiras.

No que diz respeito ao número de entrevistas, a metodologia proposta pelo UNICRI especificou uma amostra de 1.000 a 2.000 entrevistas domiciliares com pessoas com 16 anos ou mais de idade (selecionando uma pessoa por domicílio segundo a data de aniversário, ou seja, aquele que faz aniversário em seguida a entrevista é selecionado). Outra exigência é de que mulheres devem ser entrevistadas por mulheres, com o objetivo de não causar constrangimento caso a entrevistada tenha sido vítima de violência sexual. O questionário é dividido em blocos: variáveis demográficas, violência contra o patrimônio, contra a pessoa, questões sobre sentimento de insegurança e avaliação da polícia.

## **1.2 - As Pesquisas de Vitimização no Contexto Brasileiro**

O Brasil tem experimentado problemas crescentes quanto à segurança pública, mas eles não são os mesmos em todas as regiões e em todas as cidades, por isto, nos últimos anos, muitos estudos foram realizados com o

---

<sup>3</sup> Zaluar, Leon e Monteiro, 2006.

intuito de construir instrumentos capazes de acompanhar a evolução da criminalidade. A partir destas iniciativas surgiram críticas acerca das estatísticas oficiais existentes, levando pesquisadores a utilizarem outros instrumentos de análise da segurança pública, entre esses, as pesquisas de vitimização.

No Brasil as pesquisas de vitimização tiveram início tardiamente, mais especificamente no ano de 1988 através do suplemento Participação Político-Social da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), realizada pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que incluiu um bloco com perguntas sobre vitimização. Até o momento, ou seja, nos últimos 18 anos, foram realizadas 24 pesquisas de vitimização em diferentes cidades brasileiras, cabendo ressaltar que devido à falta de uniformidade na metodologia e nos processos de coleta destas pesquisas, torna-se difícil à elaboração de análises comparativas com a consistência necessária. Além disso, a maior parte destas pesquisas se limitou ao estudo do tema em cidades (capitais de unidades federativas) principalmente na região sudeste do Brasil.

Quadro1 – Pesquisas de Vitimização no Brasil

<b>Pesquisa</b>	<b>Ano</b>	<b>Abrangência</b>	<b>Período de Referência</b>	<b>Tamanho da Amostra</b>
Pnad	1988	Brasil	1 ano	81.628 domicílios
Ilanud	1992	Município do Rio de Janeiro	5 anos	1.000 entrevistados
	1996			
	1997	Município de São Paulo	5 anos	2.400 entrevistados
Iser/PAHO	1996	Município do Rio de Janeiro	5 anos	2.469 entrevistados
Iser/FGV	1996	Região Metropolitana do RJ	1 ano	1.126 entrevistados
O Povo e a PM	1997/1998	Distrito Federal		
Seade	1998	SP – Região Metropolitana e municípios com mais de 50.000 habitantes	1 ano	14.000 domicílios
USP	1999	Região Metropolitana de SP	6 meses	1.000 entrevistados
ISER	2000	Baixada - RJ	1 ano	1.389 entrevistados
CDHP - IBGE	2001	Copacabana e Leme	1 ano	450 entrevistados
Módulo da PESB	2002	Brasil	Toda a Vida	2.460
Ilanud/FIA/USP	2002	São Paulo, Rio de Janeiro, Vitória e Recife (municípios)	5 anos	2.800 entrevistados
ISP / Viva Rio	2002	Município do Rio de Janeiro	1 ano	765 entrevistados
CRISP	2002	Município de Belo Horizonte	1 ano e 5 anos	4.000 entrevistados
IFB	2003	Município de São Paulo	1 ano e 5 anos	5.000 entrevistados
GUTO - UNESP	2003	Município de Marília (SP)	Toda a vida	Não consta
Módulo do <i>BH Área Survey</i>	2003	Município de Belo Horizonte (MG)	1 ano	1029 entrevistados
Marcos Rolim	2004	Alvorada (RS)	1 ano	500 domicílios
IBPS - PMV	2005	Rio de Janeiro	1 mês	1.100 entrevistados por telefone
SSP- NEPP- PR	2005	Curitiba e Foz do Iguaçu	1 ano e 5 anos	4.000 entrevistados
UERJ – NUPEVI	2005/2006	Município do Rio de Janeiro	Toda vida e 1 ano	4.000 entrevistados
CRISP	2006	Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 ano e 5 anos	6.220 entrevistados
ISP	2006	Região Metropolitana do RJ	1 ano e 5 anos	5.000 entrevistados

Fonte: Catão, 2000; atualizado.

## **2 – O Projeto: Desenvolvimento de Metodologia e Aplicação de Pesquisa de Vitimização na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro**

Nos últimos 18 anos cerca de 24 pesquisas de vitimização foram realizadas em diferentes cidades no Brasil. Conforme discutimos no capítulo anterior, destas, poucas podem ser comparadas, seja no tempo ou entre regiões. Diante disso, é de suma importância o desenvolvimento de uma metodologia padrão para pesquisas de vitimização que possa ser empregada em qualquer lugar no Brasil, possibilitando as comparações, instrumento essencial para avaliação de políticas públicas. Esta é a proposta do projeto “Desenvolvimento de Metodologia e Aplicação de Pesquisa de Vitimização na Região Metropolitana do Rio de Janeiro”, executado pelo ISP (Instituto de Segurança Pública).

Para isso, de forma pioneira, este projeto procurou considerar as diferenças e particularidades regionais e das pesquisas de vitimização já realizadas no Brasil. Ou seja, a construção da metodologia de campo e do questionário foram baseadas na experiência de diferentes pesquisas de vitimização brasileiras, além da discussão com alguns pesquisadores especialistas no tema, que participaram de algumas dessas pesquisas. Sendo assim, a metodologia para pesquisa de vitimização, desenvolvida neste projeto, é um produto que pode ser aplicado em qualquer lugar no Brasil, seja em municípios, região metropolitana, estado ou, até mesmo, a nível nacional. Considerando todos os ajustes e inclusões no questionário, o *survey* será chamado de “Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização”. A seguir serão apresentados maiores detalhes do projeto.

### **2.1 – Objetivos do Projeto**

O objetivo geral deste projeto é desenvolver uma metodologia e instrumentos de pesquisa, cuja aplicabilidade seja possível em qualquer região brasileira, de tal maneira, que sirva de referência para execução de outras pesquisas, permitindo a comparabilidade temporal, interestadual e internacional. Além disso, realizar um teste dessa metodologia, através da aplicação de uma pesquisa de vitimização piloto na região metropolitana do Rio

de Janeiro, com uma amostra de 5.000 entrevistas. O desígnio desta pesquisa piloto seria além de conferir se essa metodologia é capaz de mensurar a vitimização e as percepções dos indivíduos em relação à violência, verificar e acompanhar os problemas que este tipo de pesquisa pode ter no campo, de tal maneira a facilitar seu aproveitamento em outras aplicações. A região metropolitana do Rio de Janeiro foi escolhida por ser responsável por quase 80% dos registros de ocorrência produzidos por mês no Estado.

Abaixo são apresentados os objetivos específicos do projeto:

- 1) Compor um grupo de pesquisadores e consultores ligados, principalmente, às áreas de Ciências Sociais e Estatística, com vasto conhecimento em metodologia de pesquisa, amostragem e pesquisa de vitimização, dedicados a elaboração de uma metodologia de pesquisa quantitativa sobre vitimização baseada nos modelos dos *surveys* nacionais e internacionais (NCVS), visando sua aplicabilidade em nível nacional;
- 2) Elaborar plano amostral aplicável às várias regiões do Brasil;
- 3) Desenvolver uma metodologia de pesquisa aplicável em nível nacional;
- 4) Elaborar questionário que respeite as diferenças regionais, mas garanta ao mesmo tempo a comparabilidade interestadual e internacional das informações obtidas;
- 5) Testar a metodologia e o questionário produzido para a pesquisa de vitimização.

Desse modo, este projeto tem por objetivo construir um instrumento a ser utilizado na construção de uma fonte de dados complementar para o desenvolvimento e aprimoramento de técnicas de análise sobre criminalidade, capazes de gerar resultados relevantes para o conhecimento da situação dos problemas de segurança pública, comparação com outras pesquisas e geração de diagnósticos dos fenômenos da violência e criminalidade.

## **2.2 – Metodologia e Questionário para uma Pesquisa de Vitimização**

Para a elaboração de políticas públicas eficazes torna-se necessário a obtenção de informações detalhadas sobre o fenômeno que se quer intervir. Sendo assim, considerando a relevância e a complexidade do fenômeno da violência, este projeto foi planejado para definir uma metodologia e um questionário voltados para obter informações sobre a opinião da população residente em uma determinada área em relação a aspectos ligados a vitimização, criminalidade, segurança pública e condições de vida.

Deste modo, a metodologia e os instrumentos de coleta construídos para este projeto foram desenvolvidos especialmente para fornecer subsídios para a geração de diagnósticos da violência urbana que assolam a sociedade. Dentro dessa perspectiva, além da investigação da violência pela ótica da vitimização, esses instrumentos podem medir a sociabilidade, o estilo de vida, a exposição e as atividades rotineiras dos agentes sociais, além da confiança nos vizinhos, desordem física e social, sentimento de insegurança, confiança, avaliação e satisfação dos serviços prestados pela Polícia Militar, Polícia Civil e Guardas Municipais, e experiência com a Polícia. O que permitirá construir um banco de dados contendo informações estatísticas sobre as percepções sobre prevalência de certos tipos de crimes, as taxas de subnotificação, o sentimento de insegurança e o grau de conhecimento e avaliação da população com relação às instituições de segurança pública, apropriadas para subsidiar os processos de implementação de ações e políticas públicas de segurança.

A partir do elenco de variáveis investigadas, é possível obter, por exemplo, indicadores para avaliar as condições de vida da população em estudo, permitindo a comparação destes indicadores entre a população vitimada e não vitimada. É possível, também, avaliar o grau de confiança e a satisfação da população residente em relação aos agentes de segurança pública, avaliação esta que constitui importante subsídio para a implementação e adequação de programas específicos que visam melhor atender a população.

A realização desse projeto tem um caráter inédito que deve ser ressaltado, representando um passo de extrema importância no sentido de obter informações estatísticas sobre a violência e a criminalidade em todo o

território nacional, baseado em outras pesquisas de vitimização já aplicadas e testadas em diferentes regiões brasileiras.

Deste modo, na metodologia construída para este projeto ficou definido que o *survey* deveria ser por amostragem e domiciliar, de tal maneira que seja representativo para a população total estudada. Portanto, não se deve excluir, na seleção amostral, qualquer grupo da população alvo. Em caso contrário, os resultados da pesquisa estarão comprometidos, e não serão representativos. Outro método de pesquisa seria o de entrevista por telefone, utilizado em algumas pesquisas internacionais, mas no caso deste tipo de entrevista “em qualquer município deste país, há o agravante de que os segmentos da população que são excluídos provavelmente são aqueles que mais sofrem, na sua rotina diária, com os problemas da violência urbana” (Zaluar, Leon e Monteiro, 2006).

Segundo dados da PNAD de 2003, no Brasil, a proporção de domicílios com telefone fixo convencional era de 50,8%. Sendo assim, ao realizar uma pesquisa por telefone, as unidades a serem selecionadas na amostra seriam domicílios com telefone fixo convencional, portanto, esta não será representativa para toda a população, ainda mais se for considerado o perfil da população excluída. “O viés é claro e muito grave em pesquisa deste tipo. Mais ainda: perguntas feitas por telefone não podem escolher (sistemática e aleatoriamente) quem, no domicílio, vai responder às questões, já que a pressa impõe as respostas a quem se encontra em casa no momento do telefonema. Isto anula duplamente a representatividade de uma amostra [...], o que prejudica quaisquer projeções feitas para a população total da cidade” (Zaluar, Leon e Monteiro, 2006).

Definiu-se como população alvo para o *survey* de vitimização as pessoas com 16 anos ou mais da área pesquisada. Para a pesquisa piloto, definida no projeto, esta área seria a região metropolitana do Rio de Janeiro.

Nos levantamentos feitos a partir dessa metodologia, serão utilizados dois períodos de referência, o de cinco anos antes da data da entrevista, conforme utilizado pelo UNICRI, e o de 12 meses anteriores à entrevista. Para o mês de realização da pesquisa utilizando esta metodologia, fica sugerido sua

aplicação nos primeiros meses do ano, de tal maneira a facilitar o entrevistado a identificar o período de referencia.

A investigação da vitimização por esta metodologia será realizada em duas etapas. A primeira consistindo em um arrolamento de todos os domicílios do setor censitário selecionado para a amostra (*screening*), e a segunda sendo a realização das entrevistas individuais com vítimas e não vítimas, selecionadas a partir da pré-seleção realizada na primeira etapa. Este método de investigação é utilizado para garantir a representatividade dos entrevistados que tiveram experiência de vitimização. Ou seja, segundo o resultado do suplemento Participação Político-Social da PNAD-1988, 7,10% da população carioca havia sido vitimizada por algum tipo de crime nos 12 meses anteriores a pesquisa. Supondo que o tamanho da amostra seja de 5.000 pessoas e que a seleção dos entrevistados seja feito direto na população, estima-se que o número de indivíduos vitimizados encontrados na pesquisa seria de 355 pessoas, o que é muito reduzido para a análise, influenciando diretamente na precisão das estimativas dos cruzamentos das variáveis importantes para estudar o fenômeno na vitimização. Por isso, é feito o arrolamento (*screening*), que define quais os domicílios em que reside pelo menos um morador vitimizado, facilitando a seleção de um número maior de pessoas vitimizadas para a amostra.

O método de entrevista adotado por esta metodologia é o seguinte: no arrolamento qualquer morador (respondente *proxy*) com 16 anos ou mais poderá prestar informações sobre a experiência de vitimização (roubo, furto ou agressão) dos demais moradores do domicílio nos 5 anos que precedem a pesquisa; e na segunda etapa, após a seleção aleatória do respondente, este será submetido a um questionário individual sobre as ocorrências criminais das quais foi vítima, nos últimos 12 meses e 5 anos anteriores a entrevista.

Os tipos de delitos que configuram a vitimização nesta metodologia são os seguintes:

1. Furto de veículos (carro, caminhonete, caminhão, moto e bicicleta);
2. Tentativa de furto de veículos (carro, caminhonete, caminhão, moto e bicicleta);

3. Furto de itens do carro;
4. Tentativa de furto de itens do carro;
5. Arrombamento de casa;
6. Tentativa de arrombamento de casa;
7. Furto de algum outro bem;
8. Tentativa de furto de algum outro bem;
9. Roubo de veículos (carro, caminhonete, caminhão, moto e bicicleta);
10. Tentativa de roubo de veículos (carro, caminhonete, caminhão, moto e bicicleta);
11. Roubo de itens de veículos;
12. Tentativa de roubo de itens de veículos;
13. Roubo de casa;
14. Tentativa de roubo de casa;
15. Roubo de algum outro bem;
16. Tentativa de roubo de algum outro bem;
17. Vandalismo em veículos (carro, caminhonete, caminhão, moto e bicicleta);
18. Estelionato;
19. Agressões e ameaças;
20. Acidente de trânsito;
21. Ofensa sexual.

Para a operação de campo foi elaborado um planejamento amostral, que será apresentado a seguir, e construídos os seguintes instrumentos de coleta: Manual do Entrevistador, Folha de *Screening*, Ficha de Controle dos Domicílios Sorteados, Ficha de Identificação do Domicílio e o Questionário da Entrevista.

### **2.3 – Planejamento Amostral**

Considerando as restrições operacionais e orçamentárias para a realização de um levantamento das informações através de uma operação censitária (investigação de todos os residentes da área de abrangência da pesquisa), optou-se pela utilização da técnica estatística de amostragem

probabilística, em que parte da população (amostra) é selecionada, de forma que seja representativa da população como um todo.

A amostra proposta será selecionada em três estágios:

- Primeiro estágio: seleção de uma amostra de setores censitários, segundo estratificação descrita abaixo;
- Segundo estágio: seleção de uma amostra de domicílios em cada um dos setores selecionados na etapa anterior; e
- Terceiro estágio: seleção de uma pessoa em cada domicílio para responder ao questionário da pesquisa.

O setor censitário é a menor unidade territorial, com limites físicos identificáveis em campo, com dimensão adequada à operação de pesquisas e cujo conjunto esgota a totalidade do Território Nacional, o que permite assegurar a plena cobertura do País (Documentação do CD do Agregado por Setores Censitários dos Resultados do Universo, Censo Demográfico 2000, IBGE).

A estratificação dos setores censitários foi feita segundo o seguinte procedimento:

1. Dividir a Região Metropolitana em dois estratos geográficos
  - a. Município da Capital
  - b. Demais municípios da Região Metropolitana
2. Separar Setores Especiais de Aglomerado Subnormal (Favelas) como um estrato separado.
3. Criar três estratos de setores segundo a escolaridade média do responsável pelo domicílio no setor.

A proposta de estratificar geograficamente como foi descrito em 1, possibilita estimar variáveis de interesse para estes domínios geográficos com uma medida de precisão controlada.

Além das características peculiares aos Setores Especiais de Aglomerado Subnormal (Favelas), estes se mostraram homogêneos quanto a

variável escolaridade. Por esta razão propõe-se tratar estes setores como um estrato independente de seleção.

O procedimento proposto em 3 tem como objetivo juntar setores censitários de forma que setores formados por domicílios com situação socioeconômica semelhante sejam agrupados no mesmo estrato. Para realizar esse procedimento foi usada uma técnica de análise de conglomerados, chamada k-médias, implementada pela Proc Fastclus do SAS.

A escolha da variável escolaridade para estratificação vem do fato dessa informação ter se mostrado como uma boa *proxy* da situação socioeconômica. Este foi o procedimento utilizado, por exemplo, na Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE (POF 2002-2003).

Como exercício de investigação utilizou-se, também, a renda média do responsável pelo domicílio tanto isoladamente como em conjunto com a escolaridade média. Ambos os resultados se mostraram piores do que considerando somente a escolaridade média.

Considera-se como de interesse para a pesquisa de vitimização somente os setores do tipo Comum ou Não Especial e os Setores Especiais de Aglomerado Subnormal, desconsiderando outros setores especiais como quartéis, asilos, penitenciárias, hospitais, etc.

Dessa maneira a estratificação proposta para a região metropolitana do Rio de Janeiro resulta na Tabela 1 seguinte:

**Tabela 1 – Distribuição dos setores por estrato de seleção na região metropolitana do Rio de Janeiro**

Estrato Geográfico	Estrato Socioeconômico				Total
	1-Baixa	2-Média	3-Alta	4-Favela	
Capital	1986	2986	1637	1439	8048
Resto	1457	4603	514	214	6788
Total	3443	7589	2151	1653	14836

Em anexo está uma listagem com a frequência dos estratos socioeconômicos para cada um dos bairros da Capital e do restante dos municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Ao estudar o município do Rio de Janeiro, verificou-se que a alocação dos bairros nos estratos propostos segue uma distribuição esperada. Os setores dos bairros que sabidamente são habitados por moradores de renda mais alta têm seus setores alocados, em sua maioria, nos estratos compostos por setores onde a escolaridade média dos responsáveis é mais alta.

O tamanho da amostra para uma pesquisa seguindo a metodologia proposta neste projeto deve ser de no mínimo 5.000 entrevistados, em 250 setores censitários, para que seja um número suficiente de entrevistas para garantir uma boa qualidade da pesquisa. Desse modo, tomando a região metropolitana do Rio de Janeiro como exemplo, seriam selecionados 254 setores censitários, 5.000 domicílios nestes setores, e em cada domicílio um morador será selecionado. Abaixo é apresentada a alocação dos setores por estrato da região metropolitana do Rio de Janeiro, selecionados para a amostra.

**Tabela 2 – Alocação dos setores por estrato, considerando setores**

**Urbanos na região metropolitana do Rio de Janeiro**

<b>Estrato de escolaridade do chefe</b>	<b>Setores na amostra</b>	<b>%</b>
1-Baixa-Capital	34	13,4
1-Baixa-Resto RM	23	9,1
2-Média-Capital	52	20,5
2-Média-Resto RM	79	31,1
3-Alta-Capital	28	11,0
3-Alta-Resto RM	9	3,5
4-Favela-Capital	25	9,8
4-Favela-Resto RM	4	1,6
<b>Total de Setores censitários</b>	<b>254</b>	<b>100,0</b>

Os dados utilizados para a estratificação e seleção da amostra de setores censitários foram retirados do arquivo Agregado por Setores Censitários dos Resultados do Universo, 2ª edição, volume 5, Rio de Janeiro. Além disso, o IBGE pode fornecer os mapas dos setores censitários selecionados para a realização do trabalho de listagem dos domicílios desses setores para posterior seleção dos domicílios e pessoas que serão entrevistadas.

#### **2.4 – Metodologia de Campo**

Conforme descrito acima, esta metodologia adota a abordagem domiciliar com o procedimento de amostragem probabilística, cuja população alvo são os moradores maiores de 16 anos na área pesquisada e utilizará a seguinte metodologia de campo:

1º Momento - Em um primeiro momento, os entrevistadores listarão todos os domicílios do setor censitário (250 setores censitários), preenchendo o “Folha de *Screening*”. Este formulário conterá informações sobre o domicílio, e indicará a espécie de domicílio (particular permanente ocupado, particular permanente fechado, uso ocasional, permanente vago, improvisado, domicílio coletivo e não residencial). Para os domicílios particulares permanentes (ocupado) será perguntado se existe algum

morador maior de 16 anos que tenha sido vitimizado por roubo, furto ou agressão nos últimos 5 anos;

2º Momento - A partir da listagem de domicílios particulares permanentes, serão selecionadas em cada setor (sendo selecionados 20 domicílios por setor censitário), pela equipe de amostragem, duas sub-amostras: uma composta de domicílios com moradores maiores de 16 anos já vitimizados e outra de domicílios com moradores maiores de 16 anos não vitimizados, nos últimos 5 anos;

3º Momento – Depois dessa seleção, o entrevistador voltará aos domicílios selecionados. Em cada domicílio, listará todos os moradores maiores de 16 anos, ordenando segundo relação com o responsável pelo domicílio, e identificando quais destes foram vitimizados nos últimos 5 anos. A partir daí, o entrevistador selecionará qual morador será entrevistado utilizando a “Etiqueta de Seleção”, anexada na capa do questionário.

#### **2.4.1 – Fichas de Campo**

Para realização de um *survey* domiciliar como a pesquisa de Condições de Vida e Vitimização, vários instrumentos de coleta têm que ser criados para se chegar à unidade a ser pesquisada de forma a garantir a aleatoriedade da seleção. Para a metodologia desenvolvida por este projeto foram criados 3 desses instrumentos: a folha de *screening*, a ficha de identificação do domicílio e a ficha de controle dos domicílios sorteados.

- **Folha de *Screening*:** O *screening* visa à identificação das unidades não-residenciais do setor e à classificação dos domicílios particulares permanentes ocupados (DPPO) em dois grandes grupos ou estratos: (1) o estrato dos DPPO do setor onde algum morador foi vítima de roubo, furto ou agressão nos últimos 5 anos [domicílio com morador vitimizado]; (2) o estrato dos DPPO do setor onde nenhum morador foi vítima de roubo, furto ou agressão nos últimos 5 anos [domicílio sem morador vitimizado]. A “Folha de *Screening*” deve registrar os domicílios (definindo os que possuem e não possuem moradores de 16 anos ou

mais vitimizados) e as unidades não residenciais existentes no setor censitário.

- **Ficha de identificação do domicílio:** A ficha de identificação do domicílio é o instrumento utilizado pelo pesquisador para registrar a relação de todos os moradores da casa maiores de 16 anos e sua relação de convivência com o responsável pelo domicílio além registrar se os moradores da residência foram vítimas ou não de roubo, furto ou agressão, nos últimos 5 anos. Os domicílios sorteados a serem visitados pelo pesquisador são informados previamente pela coordenação da pesquisa. As informações contidas na ficha de identificação são fundamentais para a continuidade do trabalho, pois, é a través dela que se chegará ao morador a ser entrevistado. A ficha de identificação servirá também para o controle das visitas realizadas pelo pesquisador ao domicílio. O pesquisador informará o dia, hora e o resultado da visita (recusa do selecionado, acesso negado ao selecionado, entrevista completa, entrevista agendada, etc). Caso não encontre o(s) morador(es), o pesquisador retornará ao domicílio no máximo 4 vezes.
- **Ficha de controle dos domicílios sorteados:** A ficha de controle de domicílios sorteados é um instrumento que visa facilitar a ordenação dos domicílios a serem visitados para a aplicação do questionário. Cada setor terá uma ficha que contém: o nome do entrevistador responsável, a data de início do trabalho, o número do setor censitário, o número do domicílio sorteado, o endereço do domicílio e se a entrevista foi realizada ou não. Assim como anotar as observações que o pesquisador julgar necessário informar para a coordenação da pesquisa.

#### 2.4.2 – Questionário

O questionário é um instrumento fundamental de um *survey*, desempenhando um papel central no processo de coleta de dados e informações sobre um determinado tema ou fenômeno. A estrutura do

questionário tem um impacto importante sobre a qualidade dos dados e interfere diretamente nos resultados de uma pesquisa. Por isso, a sua construção é uma das etapas mais importantes e duradouras da pesquisa.

O desenho do questionário para a Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização, foi idealizado a partir das orientações concebidas no workshop, das reuniões semanais com os consultores, da pesquisa qualitativa e da revisão dos questionários de outras pesquisas de vitimização. Assim, estabeleceu-se a maneira com que a informação seria usada, o porquê de cada questão e se estas seriam boas medidas para o que se estava sendo investigado.

A metodologia desenvolvida para este projeto foi estruturada para se obter um grande volume de informações e, assim, medir os conceitos cientificamente válidos relacionados às variáveis abordadas no questionário. Para a etapa de elaboração do questionário foi dedicado um período significativo do projeto, de tal maneira a diminuir as possibilidades de perguntas enviesadas que acabam não medindo aquilo que realmente se quer. Desse modo, o questionário da Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização foi elaborado na tentativa de ser um bom instrumento de coleta de informações, válido e confiável, evitando a parcialidade que advém de erros mais sistemáticos contraposto a simples erros aleatórios.

As perguntas foram formuladas de maneira clara e compreensível seguindo uma seqüência lógica de modo a serem facilmente entendidas e respondidas precisamente, tanto por pessoas com nível de escolaridade elevado quanto por aquelas que possuem nível de escolaridade mais baixo, possibilitando a aplicação deste instrumento em as classes sociais sem distinção.

Na formulação das perguntas do questionário procurou-se identificar minuciosamente possíveis fontes de erros sistêmicos que surgem com a medição enviesada, assim como evitar a possibilidade dos entrevistados escolherem respostas socialmente aceitáveis ou respostas que agradem por serem politicamente corretas. Para isso, foram realizadas a pesquisa qualitativa e o pré-teste.

A ordenação das perguntas também é um ponto que influencia as respostas. Neste sentido, o questionário deste projeto foi dividido em sete blocos sendo estes: Identidade Social, Hábitos e Práticas, Vizinhança, Sentimento de Insegurança, Avaliação de Segurança Pública, Experiência com a Polícia, Vitimização (subdividida em quinze crimes) e Notificação a Polícia. Assim como, cada bloco possui uma seqüência de perguntas que, se alteradas, podem produzir viés na pesquisa como um todo. Ao dividir o questionário em blocos, e ordenar as perguntas segundo linhas de discussão, o instrumento de coleta tornou-se mais fluido para a aplicação da entrevista tanto pelo entrevistador quanto para o entrevistado. Neste sentido, a parte de vitimização ficou no último bloco do questionário, para que este não influenciasse nas respostas dos entrevistados nos demais temas, como por exemplo, Sentimento de Insegurança e Avaliação da Segurança Pública.

O questionário foi construído com o objetivo de aplicação em todo o contexto nacional. Desta maneira, isto possibilita à flexibilização de algumas perguntas de acordo com a realidade de cada estado brasileiro, sendo opcional a inclusão ou exclusão de certas perguntas que venham a atender as diferenças regionais agravadas pela grande extensão do território brasileiro, ou pelo objetivo da pesquisa.

A construção do questionário da “Pesquisa Condições de Vida e Vitimização” teve como base diversas experiências de pesquisas de vitimização realizadas anteriormente no Brasil, tais como: **Pesquisa de Vitimização 2002 e Avaliação do Plano de Prevenção da Violência Urbana – Piaps**”, realizada nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Vitória no ano de 2002 pelo Ilanud/FIA/USP (Instituto Latinoamericano das Nações Unidas/ Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo), **“Atitudes e Normas Culturais Frente à Violência em Cidades Selecionadas da Região das Américas”**, realizada na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1996 pelo Iser/PAHO (Instituto de Estudo da Religião/Pan-American Health Organization - Projeto Activa, **“Lei, Justiça e Cidadania: acesso à justiça, cultura política e vitimização no Rio de Janeiro”**, realizada na cidade do Rio de Janeiro em 1996 também coordenada pelo Iser em parceria com a FGV (Fundação Getúlio Vargas), **“Survey de Vitimização em Belo Horizonte”**,

pesquisa realizada na cidade de Belo Horizonte, no ano de 2002 pelo CRISP (Centro de Estudo Criminalidade e Segurança Pública), e a “**Pesquisa de Condições de Vida e Segurança**”, realizada no município de São Paulo em 2003 pelo IFB (Instituto Futuro Brasil). Estas pesquisas forneceram um ponto de partida útil na formulação das perguntas.

O questionário da “Pesquisa Condições de Vida e Vitimização” possibilitou o ajuste de algumas questões, assim como, também inovou ao tratar temas ainda poucos explorados, como, experiência com a polícia, a medida de agressão e ameaça e a notificação à polícia. As inovações que se referem à “Experiência com a Polícia” foi no tocante das relações, contato e experiências entre a população e as polícias. Nas questões sobre agressão, para romper a barreira do constrangimento causado pela delicadeza do tema, utilizou-se uma adaptação da Escala Tática de Conflitos (Gelles & Strauss, 1990). No bloco sobre a “Notificação à Polícia” foram incluídas questões que medem, além da insatisfação com o atendimento policial, comum em outras pesquisas de vitimização, também, a satisfação com o atendimento recebido da polícia e o porquê da avaliação positiva, não se detendo apenas as questões negativas do atendimento policial, mas aos bons resultados dos serviços prestados a população.

Sendo o questionário estruturado em blocos estes se diferenciam por seu grau de importância. Os blocos tidos como fundamentais são os considerados permanentes, ou seja, devem conter em qualquer pesquisa de vitimização que venham a adotar a metodologia proposta por este projeto. Os blocos obrigatórios são os de Identidade Social, Vitimização e Notificação a Polícia.

No bloco de Identidade Social, embora obrigatório, possui questões que podem variar de acordo com o interesse de cada pesquisador. As perguntas sobre escolaridade, renda e trabalho podem sofrer mudanças. Caso se queira medir a população economicamente ativa (PEA), as questões sobre trabalho deverão permanecer sem mudança. A pergunta opcional deste bloco é a que menciona se o entrevistado frequenta escola ou universidade, pois esta questão mede a circulação do morador e exposição dele ao risco.

O bloco de Vitimização não possui perguntas opcionais, sendo importante manter a mesma estrutura, inclusive no que diz respeito à posição das perguntas e sua redação, evitando assim que os dados sejam enviesados. Isso possibilitará uma comparação dos resultados gerados por outras pesquisas de vitimização que adotarem a metodologia proposta neste projeto.

Além do bloco de Vitimização, existe outro bloco obrigatório que é o de Notificação a Polícia. Neste bloco não será possível a variação ou a retirada das perguntas, pois será através deste que se verificará a sub-notificação dos crimes e a maneira como o entrevistado foi tratado pela polícia no ato da notificação. Sendo assim, ao comparar com outras aplicações desta metodologia, será possível, avaliar a variação as razões que levaram o entrevistado a chamar/informar ou não a polícia e, para os que informaram, os motivos que o levaram a ficar ou não satisfeito com o atendimento policial.

Os blocos Hábitos e Práticas, Vizinhança e Experiência com a Polícia são todos opcionais, podendo ou não ser incluído na pesquisa, variando desta forma com a prioridade estabelecida pelo pesquisador a partir da observação da realidade local e da necessidade de responder aos desafios encontrados.

O bloco de Sentimento de Insegurança é opcional, porém se escolhido para a pesquisa, deve conter quatro perguntas básicas. Estas perguntas se referem ao sentimento de insegurança dos entrevistados ao andarem em seus respectivos bairros ou em bairros desconhecidos durante o dia e durante a noite.

O bloco referente à Avaliação de Segurança Pública também é opcional, entretanto, se escolhido, é obrigatório à presença de questões que levantam a confiança ou não nas polícias (Militar e Civil), a avaliação dos serviços prestados por elas e a concordância ou não do entrevistado em relação a algumas práticas policiais.

A partir da realização de um pré-teste foi constatada a necessidade de algumas mudanças na estrutura do questionário. Considerando que uma boa entrevista por questionário tenha no máximo uma hora de duração, já que ao levar mais tempo tanto o entrevistado quanto o entrevistador ficam desgastados, prejudicando a veracidade das respostas, algumas perguntas

foram suprimidas. Entretanto algumas perguntas retiradas do questionário podem ser de grande utilidade ou ter finalidades diversas para pesquisas de vitimizações.

### **3 – Conclusão**

As pesquisas de vitimização têm por objetivo mensurar os crimes não reportados às autoridades policiais, as razões deste comportamento, as informações sobre as vítimas dos delitos, assim como avaliar os serviços prestados pelas instituições de segurança pública. Neste sentido, são importantes instrumentos para o planejamento estratégico, indicando os tipos de crime e as pessoas mais expostas a determinadas situações de violência. Servem, também, como base para estudos sociais visando a atuação mais eficaz em políticas públicas contra a violência.

No Brasil, até o momento foram realizadas cerca de 24 pesquisas de vitimização em diferentes regiões. Entretanto, há pouca comparabilidade entre esses *surveys*, já que as instituições utilizaram diferentes métodos de pesquisa. Neste projeto, foram desenvolvidos uma metodologia padrão e um questionário que possam ser aplicados em qualquer lugar do país, viabilizando as comparações nacionais e internacionais.

Nesta metodologia ficaram definidos que a pesquisa deveria ser por amostragem e domiciliar, aplicada aos moradores com 16 anos completos ou mais da área pesquisada. Seriam utilizados dois períodos de referência, o de cinco anos antes da data da entrevista, conforme utilizado pelo UNICRI, e o de 12 meses anteriores à entrevista. O trabalho de campo desta metodologia ficou dividido em dois momentos: o arrolamento de todos os domicílios do setor censitário selecionado para a amostra (*screening*); e a realização das entrevistas individuais com vítimas e não vítimas, selecionadas a partir de pré-seleção realizada na primeira etapa.

Além disso, o questionário foi construído para abordar temas relacionados a condições de vida e cidadania, além de 21 tipos de delitos. Desse modo, além de abordar a questão da vitimização, este questionário

buscará compreender o contexto social onde a dinâmica contida nos delitos não registrados se estabelece.

Sendo assim, esta metodologia de pesquisa em vitimização busca aprimorar os métodos de mensuração das questões referentes à violência e à criminalidade no país, com possibilidade de aplicação em todo o Brasil.

#### 4 - Bibliografia

- BEATO FILHO, Cláudio Chaves, Betânia Peixoto Totino, Mônica Andrade Viegas. (2004). "Crime, Oportunidade e Vitimização". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro -vol.19 n °.55.
- BURSIK Jr, Robert. J. and HAROLD G. Grasmick. "Neighborhood and Crime: the dimensions of effective community control". (1993). San Francisco: Jossey-Bass.
- CARNEIRO, Leandro Piquet & FAJNZYLBER, Pablo. (2001). "La criminalidad em regiones metropolitanas de Rio de Janeiro y São Paulo: factores determinantes de la victimación e política pública ", in P. Fajnzylber; D. Lederman e N.Loayza (eds.), *Crimen y violencia en América Latina*, Bogotá/Washington, Alfaomega/Banco Mundial, pp .197-235.
- CATÃO, Yolanda. (2000). "Pesquisas de vitimização". In: Cerqueira (Org.); Lemgruber (Org.); Musumeci (Org.). *II Encontro do Fórum de Debates sobre Criminalidade, Violência e Segurança Pública no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA e CESeC/UCAM.
- CESEC (Centro de Estudos de Segurança e Cidadania). (2003). "Vítimas Ocultas da Violência". *Universidade Cândido Mendes*. Rio de Janeiro.
- COHEN, Lawrence, KLUEGEL, James R.& LAND, Kenneth C. (1981). "Social inequality and predatory criminal victimization: an exposition and test of a formal theory ". *American Sociological*.
- CRISP. (2002). "Pesquisa de Vitimização em Belo Horizonte". Belo Horizonte.
- \_\_\_\_\_. (2006). "Pesquisa de Vitimização em Belo Horizonte". Belo Horizonte.
- DELL FRATE, Anna Alvazzi. (1998). "Victims of crime in the developing world". UNICRI Publication nº 57.

- DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO NACIONAL DE ESTADÍSTICA.  
Dirección De Regulación Planeación Estandarización Y Normalización.  
(2004). "Encuesta Victimización". *Documento Metodológico*. Colômbia.  
<http://www.univalle.edu.co/estatica/index-desplegables.html>
- FALNZYLBBER, Pablo, Daniel Lederman e Norman Loayza. (2000) "Crime and Victimization: an economic Perspective". *Economia*1 (1). Fall.
- FIGUEIREDO, Bráulio A. da Silva. (2004). "Coesão Social, Desordem Percebida e Vitimização" *Dissertação mestrado em sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais*. Belo Horizonte.
- GAVIRIA, A. e PAGÉS C. (2000). "Patterns of Crime victimizations in Latin America". *Mimeo. Inter –America Development Bank*, Whashington, DC.
- HOME OFFICE (UK). (2005). "British Crime Survey". *Crime Reduction and Community Safety Group, Home Office*.  
<http://www.homeoffice.gov.uk/rds/index.htm>
- IBGE - (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). (2000). "Censo".
- I.F.B. (Instituto Futuro Brasil). (2003). "Pesquisa de Condições de Vida e Segurança". São Paulo.
- ILANUD. (1998). "Pesquisas de Vitimização". São Paulo.
- \_\_\_\_\_ / FIA / USP E GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL. (2002).  
"Pesquisa de vitimização 2002 e avaliação do plano de prevenção da violência urbana - PIAPS". São Paulo.
- INSTITUTO GALLUP DE OPINIÃO PÚBLICA. (1993). "Relatório dos Trabalhos de Pesquisa sobre Imagem da Polícia no Estado de São Paulo" *Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo*. São Paulo.
- ISER-(Instituto de Estudo da Religião) / PAHO (Pan-American Health Organization) - Projeto ACTIVA. (1996). "Atitudes e normas culturais frente à violência em cidades selecionadas da região das Américas". Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_ / CPDOC/FGV. (1996). "Lei, justiça e cidadania: acesso à justiça, cultura política e vitimização no Rio de Janeiro". Rio de Janeiro.
- ISP-(Instituto de Segurança Pública). (2004). "Avaliando o Sentimento de Insegurança nos Bairros do Rio de Janeiro". Rio de Janeiro.

- ISS (Institute for Security Studies) and SAPS (South African Police Service). (2003). "National Victims of Crime Survey in South Africa".
- LEE, Matthew R. (2000). "Community Cohesion and Violent Predatory Victimization: A theoretical extension and cross-national test of Opportunity Theory". *Social Forces*, Vol. 79 Issue 2:683-688.
- LIMA, Jacob Lima. (2001) "A teoria do capital social na análise de políticas públicas", *Revista Política e Trabalho*, pp. 43-67, Universidade Federal da Paraíba, Paraíba.
- MINISTERIO DE JUSTICIA. (2004). "Seguridad Y Derechos Humanos De La Nacion, Direccion Nacional De Politica Criminal". *Departamento de Investigaciones: Estudio de Victimización Ciudad Autónoma de Buenos Aires*, Argentina. <http://www.polcrim.jus.gov.ar/>
- MORENOFF, Jeffrey. D., Robert J. Sampson, and Stephen W. Raudenbush. (2001). "Neighborhood Inequality, Collective Efficacy, and the Spatial Dynamics of Urban Violence". *Criminology*, Vol. 39, Number 3, 517 – 559.
- PAIXÃO, Antônio Luiz e Beato F. Cláudio C. (1997). "Crimes, Vítimas e Policiais". *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, v.9, n.1, p.233-248. São Paulo.
- PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios) –IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística). (1988). "Justiça e vitimização". Rio de Janeiro.
- PROGRAMA HIPÓCRATES DA COMISSÃO EUROPEIA. (2003). "CÍBELE: Estudos sobre Prevenção de Crime e Vitimação Urbana". Portugal.
- ROUNTREE, Pamela W. and Kenneth C. Land. (1996). "Perceived Risk versus Fear of Crime: Empirical Evidence of Conceptually Distinct Reactions in Survey Data". *Social Forces* 74:1353-76.
- SAMPSON, Robert J. and W. Byron Groves. (1989). "Community Structure and Crime: Testing Social-Disorganization Theory". *American Journal of Sociology*, Vol. 94, Issue 4 (Jan.), 774-802.
- SAMPSON, Robert. J. (2003). "Desorden Urbano, Crimen y Eficacia Colectiva en el Barrio ". *In Elementos para una criminología local: políticas de prevención del crimen y la violencia en ámbitos urbanos*. Maria Victoria Llorente y Mauricio Rubio. Bogotá: Colombia, Ediciones Uniandes.

- SMITH, D. A. e JARJOURA, G. R. (1988). "Social Structure and Criminal Victimization". *Journal of Research in Crime and Delinquency*, vol. 25, pp. 27-52.
- TEIXEIRA, Alan Gualberto. (2006). "A possibilidade de vitimização: qualidade de vida e a criminalidade". *Revista de Iniciação Científica da FFC*, v.4, n. 3.
- UNICRI-(Universidade Eduardo Mondlane- Centro de Estudo de População). (2002). "Inquérito de Opinião sobre a Criminalidade em Moçambique". África.
- UNITED NATIONS. (2005). "International Crime Victimization Survey – Methodology". <http://ruljis.leidenuniv.nl/group/jfcr/www/icvs/>
- USP/FIA. (1999). "Pesquisa de vitimização" *Determinantes do crime em cidades da América Latina*. São Paulo.
- U.S. DEPARTMENT OF JUSTICE/BUREAU OF JUSTICE STATISTICS. (2005). "Criminal victimization in the United States". U.S.A
- WORLD BANK PROJECT ON CRIME IN LAC CITIES. (1999). "Victimization In Colombia: The City Of Cali: An Exploratory Analysis. Final Report". Cali, Colombia.